



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ  
CNPJ: 06.564.285/0001-18  
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000  
PARNAGUÁ – PI

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2020-PMP/PI  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020-SRP/PMP/PI

Aberto em 27 de fevereiro de 2020 às 11h00min.

**Resumo do Objeto:** Registro de Preços para futura prestação de serviços de roçagem manual de estradas municipais, na largura de seu leito, mais 01 (um) metro e meio de cada lado, incluindo poda de árvore na largura total da estrada e laterais roçadas com afastamento ou queima de resíduos, com ferramentas e equipamentos de proteção individual por conta do contratado, conforme especificações contidas do Termo de Referência e demais exigências previstas no Edital e seus anexos, sem prejuízo das regras impostas pela Legislação pertinente.

**HOMOLOGAÇÃO**

Pelo presente Instrumento, **APROVO E HOMOLOGO** o resultado do Processo Licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020-SRP/PMP/PI, o qual objetiva Preços para futura prestação de serviços de roçagem manual de estradas municipais, na largura de seu leito, mais 01 (um) metro e meio de cada lado, incluindo poda de árvore na largura total da estrada e laterais roçadas com afastamento ou queima de resíduos, com ferramentas e equipamentos de proteção individual por conta do contratado, obedecendo aos preços registrados em Ata, tendo como vencedora a empresa abaixo identificada, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

**EMPRESA:** ROBÉRIO DA CUNHA AZEVEDO – EPP (CONSTRUTORA AZEVEDO)  
**ENDEREÇO:** Av. Perimetral, 237 – Nova Corrente – CEP: 64.980-000  
**CIDADE:** Corrente  
**ESTADO:** Piauí  
**CNPJ:** 21.652.277/0001-79  
**FONE:** (89) 99912 - 2699  
**VALOR DO ITEM:** Conforme Proposta apresentada e Ata da Sessão de Processamento da Licitação.

Parnaíba – PI, 09 de março de 2020.

Jondson Castro Fé  
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO – PMP/PI • 2020  
E-mail: gomparnaiba-pi@bol.com.br  
PARNAGUÁ – PI



Estado do Piauí  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO**  
Rua Marcos Vieira, nº 1621 – Centro, Baixa Grande do Ribeiro/PI – CEP: 64.868-000  
CNPJ: 05.170.237/0001-34 – Site: www.baixagrandedoribeiro.pi.leg.br

**PORTARIA Nº 003, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

O SR. PEDROVÂNIO PEREIRA DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, ESTADO DO PIAUÍ, usando de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal e considerando a atual situação epidemiológica em contexto Municipal, Estadual, Federal e Global.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e do combate ao **Coronavírus (COVID-19)**, **DETERMINAR** a suspensão das sessões, eventos e atividades internas com presença de público, a partir de 23 ao dia 27 de março de 2020, podendo ser prorrogado conforme a necessidade do caso.

**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Comunique-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro, em 23 de março de 2020.

PEDROVÂNIO PEREIRA DOS SANTOS  
Presidente do Legislativo Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ  
GABINETE DO PREFEITO  
CUIDANDO DA CIDADE E DA NOSSA GENTE



**DECRETO Nº 03/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.**

Declara estado de calamidade pública em todo o território do Município Socorro do Piauí - PI para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica declarado estado de calamidade pública em todo o território do Município Socorro do Piauí, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus).

Parágrafo único. As autoridades públicas, os servidores e os cidadãos deverão adotar todas as medidas e as providências necessárias para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), observado o disposto neste Decreto e, naquilo que não conflitar, o estabelecido nos Decretos emanados do Governo Federal e do Governo do Estado do Piauí.

**DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS**

**Art. 2º** Ficam determinadas, pelo prazo de quinze dias, diante das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, limitadamente ao indispensável à promoção e à preservação da saúde pública, com fundamento no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), em todo o território do Município de Socorro do Piauí, as seguintes medidas:

I – a proibição:

- da circulação e do ingresso, no território do Município, de veículos de transporte coletivo interestadual, público e privado, de passageiros;
- da realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, com mais de trinta pessoas;
- aos produtores e aos fornecedores de bens ou de serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação de elevar, excessivamente, o seu preço ou exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, em decorrência da epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus);

II – a determinação de que:

- o transporte coletivo de passageiros, público e privado, urbano e rural, em todo o território do Município, seja realizado sem exceder à capacidade de passageiros sentados;
- o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, público ou privado, em todo o território do Município, seja realizado sem exceder à metade da capacidade de passageiros sentados;
- os fornecedores e comerciantes estabeleçam limites quantitativos para a aquisição de bens essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, sempre que necessário para evitar o esvaziamento do estoque de tais produtos;
- os estabelecimentos comerciais fixem horários ou setores exclusivos para atender os clientes com idade superior ou igual a 60 anos e aqueles de grupos de risco, conforme autodeclaração, evitando ao máximo a exposição ao contágio pelo COVID=19 (novo Coronavírus);

III – a fiscalização, pelos órgãos da Segurança Pública e pelas autoridades sanitárias, dos estabelecimentos, entidades e empresas, públicas e privadas, concessionários e permissionários de transporte coletivo e de serviço público, bem como das fronteiras do Município, acerca do cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto, em especial das proibições de que trata o inciso I deste artigo e das determinações de que trata o inciso II;

IV – a autorização para que os órgãos da Secretaria municipal de Saúde, limitadamente ao indispensável à promoção e à preservação da saúde pública no enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), mediante ato fundamentado do Secretário Municipal de Saúde, observados os demais requisitos legais:

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ  
 GABINETE DO PREFEITO  
 CUIDANDO DA CIDADE E DA NOSSA GENTE



a) requisite bens ou serviços de pessoas naturais e jurídicas, em especial de médicos e outros profissionais da saúde e de fornecedores de equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos, leitos de UTI, produtos de limpeza, dentre outros que se fizerem necessários;

b) importe produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na ANVISA, desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e estejam previstos em ato do Ministério da Saúde;

c) adquira bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (novo Coronavírus), mediante dispensa de licitação, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

V – a convocação de todos os profissionais da saúde, servidores ou empregados da administração pública municipal, bem como os prestadores de serviços de saúde, em especial aqueles com atuação nas áreas vitais de atendimento à população, para o cumprimento das escalas estabelecidas pelas respectivas chefias, de acordo com as determinações da Secretaria municipal de Saúde.

§ 1º - Na hipótese da alínea "a" do inciso IV deste artigo, será assegurado o pagamento posterior de justa indenização.

§ 2º - Os gestores e os órgãos da Secretaria de Saúde, deverão comunicar os profissionais e prestadores de serviço convocados nos termos do inciso V deste artigo, determinando o imediato cumprimento das escalas estabelecidas, sob pena da aplicação das sanções, administrativas e criminais, decorrentes de descumprimento de dever funcional e abandono de cargo.

§ 3º - Sempre que necessário, a Secretaria de Saúde solicitará o auxílio de força policial para o cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º deste artigo.

§ 4º - Será considerado, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.

VI – determinar aos restaurantes, bares e lanchonetes que adotem, no mínimo, as seguintes medidas, cumulativas:

a) higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel setenta por cento ou outro produto adequado;

b) higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada a cada três horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária ou outro produto adequado;

c) manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel setenta por cento, para a utilização dos clientes e funcionários do local;

d) dispor de protetor salivar eficiente nos serviços que trabalham com "buffet";

e) manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

f) manter disponível "kit" completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel setenta por cento e toalhas de papel não reciclado;

g) manter os talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

h) diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre elas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima recomendada de dois metros lineares entre os consumidores ;

i) fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando mesa;

VI – determinar que os estabelecimentos comerciais e industriais adotem sistemas de escalas, de revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores, bem como implementem medidas de prevenção ao contágio pelo COVID 19 (novo Coronavírus), disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, da utilização de produtos assépticos durante o trabalho, como álcool em gel setenta por cento, e da observância da etiqueta respiratória;

b) da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho;

VII – determinar a fiscalização, pelos órgãos municipais responsáveis, acerca do cumprimento das proibições e das determinações de que tratam os incisos I e II do art. 2º deste Decreto.

DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Dos servidores, dos estagiários e dos prestadores de serviço

**Art. 3º** Os Secretários municipais e os Dirigentes das entidades da administração pública municipal direta e indireta, adotarão as providências necessárias para, no âmbito de suas competências:

I – limitar o atendimento presencial ao público apenas aos serviços essenciais, observada a manutenção do serviço público, preferencialmente por meio de tecnologias que permitam a sua realização à distância;

II – organizar as escalas de seus servidores, empregados e estagiários de modo a reduzir aglomerações e evitar circulação desnecessária no âmbito das repartições, de modo a desempenhar as suas atividades preferencialmente por

meio de teletrabalho, sempre que possível, dispensando-os, se necessário, do comparecimento presencial, sem prejuízo de suas remunerações ou bolsas-auxílio;

III – determinar que as empresas prestadoras de serviços terceirizados procedam ao levantamento de quais são os seus empregados que se encontram no grupo risco para avaliação da necessidade de haver suspensão ou a substituição temporária na prestação dos serviços desses terceirizados;

IV – estabelecer, mediante avaliação das peculiaridades de cada atividade e da diminuição do fluxo dos respectivos servidores pelas medidas emergenciais de prevenção da transmissão do COVID-19 (teletrabalho e revezamento), observadas as necessidades do serviço público, a implantação de revezamento de turno ou a redução dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas ou, ainda, a redução dos postos de trabalho dos contratos de prestação de serviço, limitadamente ao prazo que perdurarem as medidas emergenciais.

**Art. 5º** Fica vedada a circulação, o encaminhamento e o recebimento, no âmbito da administração pública estadual, de processos físicos, exceto os considerados urgentes.

**Art. 6º** Fica dispensada a utilização da biometria para registro eletrônico do ponto, devendo ser realizada a aferição da efetividade por outro meio eficaz de acordo com as orientações definidas no âmbito de cada órgão ou entidade da administração pública municipal direta e indireta.

**Art. 7º** Ficam suspensos, pelo prazo de trinta dias, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos da administração pública municipal direta e indireta.

**Art. 8º** Os Alvarás que vencerem nos próximos noventa dias serão considerados renovados automaticamente até a data 19 de junho de 2020, dispensada, para tanto, a emissão de novo documento de Alvará, devendo ser mantidas em plenas condições de funcionamento e manutenção todas as medidas de segurança já exigidas.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ  
GABINETE DO PREFEITO  
CUIDANDO DA CIDADE E DA NOSSA GENTE



Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos alvarás de eventos temporários, exceto às instalações e construções provisórias destinadas ao atendimento de emergência em decorrência do COVID-19 (novo Coronavírus), se vierem a ocorrer.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 9º** Os Secretários municipais e os Dirigentes dos órgãos e das entidades da administração pública municipal direta e indireta, deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento do estabelecido neste Decreto, bem como para emitir as normas complementares que se façam necessárias, no âmbito de suas competências.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ,  
Estado do Piauí, aos 20 dias do mês de março de 2020.

Registre-se e publique-se.

  
JOSÉ COELHO FILHO  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ  
GABINETE DO PREFEITO  
CUIDANDO DA CIDADE E DA NOSSA GENTE



#### **DECRETO MUNICIPAL Nº 04/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.**

*"Dispõe, no âmbito do Município de Socorro do Piauí-PI, sobre a adoção de medidas urgentes, mediante a suspensão de feiras livres e a suspensão do transporte de passageiros intermunicipais, para diminuir a propagação do novo coronavírus (COVID 19) e dá outras providências".*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ,**  
Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município, e conforme a competência prevista no art. 23, II, da Constituição Federal,

**CONSIDERANDO** a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde - OMS - em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como a Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188/GM/MF, de 3 de fevereiro de 2020, nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, além do Decreto Estadual nº 18.884 de 16 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a classificação da situação mundial do novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, alertando para o risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

**CONSIDERANDO** o estabelecimento das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, por meio da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** que, nos últimos 04 dias, os casos confirmados de COVID 19 no Brasil mais que triplicaram, e a quantidade de mortos pelo COVID 19 saltou de 01 para 18 casos, inclusive com a confirmação de contaminação no Município de Teresina, capital do Estado do Piauí.

**CONSIDERANDO** as declarações feitas pelo Ministério da Saúde na data de hoje (21/03/2020), de que não serão mais divulgados os casos suspeitos em razão do Brasil já estar na fase de transmissão comunitária, quando não é possível saber de quem a pessoa infectada contraiu o vírus, o que evidencia que qualquer cidadão brasileiro é potencialmente portador e transmissor do COVID 19;

**CONSIDERANDO** a edição da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID 19;

**CONSIDERANDO** que compete aos Municípios estabelecer suas políticas de segurança pública, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmônica da convivência social, com destaques às situações de emergência, nos termos do art. 3º, da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018;

**CONSIDERANDO** que é princípio da Política Nacional de Segurança Pública a eficiência na prevenção e na redução de riscos em situações de emergência e desastres que afetem a vida (art. 4º, VI, da Lei nº 3.675, de 11 de junho de 2018);

**CONSIDERANDO** a necessidade de adotar medidas urgentes para retardar a propagação do coronavírus, em complementação às já adotadas através do Decreto Municipal nº 02/2020 (que decretou medidas de emergência em saúde pública) e, assim, evitar o colapso do sistema de saúde pública;

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam suspensos, pelo período de 15 (quinze) dias, a realização de feiras livres, ou outras atividades congêneres;

**Art. 2º** Fica suspenso, pelo período de 15 (quinze dias) a comercialização de produtos através de camelôs, especialmente aqueles oferecidos de casa em casa.

**Art. 3º** Fica suspenso, pelo período de 15 (quinze dias), a contar de 00h00min horas do dia 24/03/2020, o transporte de linhas de passageiros intermunicipais;

**Art. 4º** Em caso de descumprimento aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição total da atividade, cassação de alvarás e apreensão de veículos.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ, Estado do Piauí, aos 23 dias do mês de março de 2020.

  
JOSE COELHO FILHO  
Prefeito Municipal